

## **PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): UMA ANÁLISE DO IMPACTO EM ÁREAS SOCIAIS**

**Azamor Lopes de Lucena – UNIR**

[azamorlucena@brturbo.com.br](mailto:azamorlucena@brturbo.com.br)

**Resumo:** Este estudo apresenta de forma analítica as variações orçamentárias incorridas em algumas despesas/funções de governo municipal em áreas sociais e investimentos do programa de aceleração e crescimento – PAC do governo federal. Por fim, realiza uma análise de causas e efeitos do resultado das variações encontradas, através de análises dos comparativos de dados, da relação existente entre os investimentos do PAC e a real situação no orçamento municipal em áreas sociais como educação, saúde, agricultura e outros. Usando a comparação de períodos, dentro áreas específicas e a evolução dada pela influencia do PAC.

**Palavras-chave:** PAC; compensação; impacto

### 1 - INTRODUÇÃO

O Brasil em sua trajetória histórico-econômicas foi palco de muitos cenários, sob nomenclaturas diversas, a economia brasileira evoluiu de um projeto colonial da metrópole portuguesa a partir do século XVIII, passando por dependências externas como as estabelecidas no tratado de Methuen<sup>1</sup> e atinge hoje posições mundiais invejáveis, comparando com economias de países historicamente mais antigos. Planos, políticas econômicas, acordos, novo modelo econômico, o milagre brasileiro<sup>2</sup>, foram títulos apresentados na frente da população como resposta ou atitude diante da situação de vida dos brasileiros, em determinado período, por quem então era o responsável pela administração governamental. Nos últimos anos o Governo Federal adotou uma série de medidas que dentre outros resultados expandiu o volume de crédito e o mercado de capitais e conforme estratégias apresentadas pretendem dar continuidade ao aumento do volume de crédito, sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infra-estrutura, este é o texto usado na divulgação do mais novo projeto do governo federal denominado Programa de Aceleração e Crescimento – PAC.

Serão mais de 500 milhões de investimentos, entre infra-estrutura, habitação, social e outros tais recursos, espera o governo federal e seus assessores que gere uma movimentação de pessoas, matérias e serviços ao ponto de alavancar o crescimento do país. Contudo, olhando de um prisma unilateral parece muito bem planejado e bem resolvido, o governo definiu com muita clareza suas estratégias e os valores, deixando claro de onde sairão e para onde deverá ir cada centavo dos 503,6 milhões de reais.

Existe alguma coisa em comum em quase todos as cidades e países desenvolvidos, eles além de poluírem muito, não possuem reserva natural o suficiente para compensar a emissão de poluentes que produzem. Tal fato deixou muitos brasileiros e até estrangeiros de olho na forma como serão investidos todos esses recursos. Muitas discussões em Brasília no congresso nacional para aprovar os investimentos, pois partes destes valores estão destinados à construção de Usinas Hidrelétricas, sendo três delas em Rondônia ambientalista através de blogs e ONGs, como é caso da Amazônia.org.br e também Bicusa.org, utilizaram-se dos meios de comunicação disponível para fazerem suas críticas e apresentarem suas preocupações.

A Capital de Rondônia, Porto Velho, está prevista para receber a construção de duas usinas Hidrelétricas, com um investimento de aproximadamente 32,3 bilhões de reais. Com um orçamento de pouco mais de meio milhão de reais, Porto Velho precisaria de 64 anos para atingir tal receitas caso não houvesse mais crescimento. Todo esse montante causará grandes impactos no desenvolvimento local e conseqüentemente refletirá na população de quase 370 mil habitantes. O grande fator chave de tudo isso é **saber se os municípios mais atingidos, e principalmente a capital conseguirão neste curto espaço de tempo 4 anos (2008 a 2012), potencializar todos os recursos básicos mínimos para sobrevivência digna dos já habitantes e dos prováveis novos habitantes (já que se espera contratar mais de 30.000 pessoas)? quais as ações internas que estão sendo realizadas para receber tais investimentos? Quais os seguimentos responsáveis em avaliar ou fiscalizar as ações das empresas contratadas para a execução das obras e para fiscalizar a própria ação governamental quanto ao cumprimento dos acordos de contrapartida dos impactos? Como nós, moradores da capital de Rondônia temos segurança de que o montante aplicado no controle e combate aos impactos é o suficiente para nos devolver nossa tranquilidade de antes dos investimentos?**

Tais questionamentos serão objeto deste estudo que vai apresentar de forma numérica o orçamento municipal de Porto Velho, no período de 2005, 2006, 2007 antes do incremento do PAC e o de 2008 já com os valores do PAC, em apenas alguns elementos de despesas focados na área social principalmente. Feito isto através do método comparativo será construído, pelo encontro dos dados, índices e percentuais que permitirá, através de suas variações, o leitor realizar diversas análises e possíveis conclusões ou pelo menos precipitarão diversas novas indagações que por sua vez deverá abrir novos diálogos e negociações para atingir um equilíbrio entre os investimentos e os impactos por eles trazidos. Por outro lado,

também este estudo se preocupou em buscar algumas informações de como estão sendo realizadas as aplicações dos investimentos sob a ótica de um do grupo de empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, Santoantônio Energia.

A relevância de estudar esta problemática é que o PAC teve uma ampla divulgação, causando na sociedade local grande expectativas de geração de empregos e rendas, bem como a esperança de um melhoramento das ações e serviços prestados pela administração municipal. É do conhecimento também que os recursos do PAC são em grande maioria para investimentos e não contempla, especificamente, a área social. Isso não propiciaria, na verdade, um problema em alguns seguimentos sociais? Sem ter uma real avaliação dos destinos orçamentários do município para, os próximos anos, torna -se impossível realizar qualquer juízo de valor, pelo menor que seja, a respeito da gestão municipal. O estudo da destinação orçamentária com vista ao PAC é imprescindível para uma tomada de decisão ou uma formulação de propostas seja por parte governamental ou não-governamental.

Ao analisarmos os investimentos do PAC no município de Porto Velho, abrindo um comparativo com o devido orçamento local e, por fim mapearmos o destino dos recursos que foram/irão ser alocados para atender as necessidades específicas como: áreas sociais de habitação e emprego ou geração de rendas. Estaremos respondendo, como estão sendo tratados os problemas advindos do PAC. Desta forma, O gestor e os munícipes terão condições de conhecer a real distribuição dos recursos do programa e o porquê das variâncias crescentes também.

## **2 REFERENCIAL TEORICO**

### **2.1 Administração Pública**

O Problema de estudo passa pela Administração pública e, é em sentido orgânico ou subjetivo, o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, envolvendo as demais pessoas coletivas públicas (tais como as autarquias locais) que asseguram a satisfação das necessidades coletivas variadas, tais como a segurança, a cultura, a saúde e o bem estar das populações. Servidor público ou funcionário público é uma pessoa empregada na administração pública. A administração pública, segundo Moraes (2006) pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurarem os interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado. Sob o aspecto operacional, administração pública é o desempenho perene e sistemático, dos serviços próprios do Estado, em benefício da coletividade. A administração pública pode ser direta, quando composta pelas suas entidades estatais (União, Estados, Municípios e DF), que não possuem personalidade jurídica própria, ou indireta quando composta por entidades autárquicas, fundacionais e paraestatais.

### **2.2 Orçamento Público**

Na sua metodologia o governo estima as receitas que irá arrecadar e fixa os gastos que espera realizar durante o ano. Funciona como uma peça de planejamento, no qual as políticas públicas setoriais são analisadas, ordenadas segundo sua prioridade e selecionadas para integrar o plano de ação do governo, nos limites do montante de recursos passíveis de serem mobilizados para financiar tais gastos. No entendimento de

Araújo e Arruda (2006) o orçamento é, antes de tudo, um instrumento de planejamento que permite acompanhar, controlar e avaliar a administração da república. Desta forma, o sistema orçamentário brasileiro é composto em forma de tripé: a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). Este ultimo, que vigora por quatro anos, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração federal para as despesas de capital e os programas de duração continuada, veiculando, portanto, um planejamento de médio prazo. Já a LDO é elaborada anualmente e objetiva detalhar as metas e prioridades da administração para o ano subsequente e orientar a elaboração da lei orçamentária anual. A partir dos parâmetros definidos pela LDO e em consonância com a programação do PPA, a LOA estima as receitas e fixa as despesas de toda a administração pública federal para o ano subsequente. Na Constituição Federal, encontra-se o sistema orçamentário brasileiro definido nos arts. 165 a 169.

### 2.3 Despesa Pública

O investimento do PAC será melhor entendido quando compreendermos despesa pública, Piscitelli et al. (2006) fala de um dispêndio de recursos de patrimônio público, representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros, imediata – com redução de disponibilidades – ou mediata – com reconhecimentos dessa obrigação.

As despesas classificam-se em orçamentária e extra orçamentária. As primeiras são aquelas que, para serem realizadas, dependem de autorização legislativa e não podem se efetivar sem crédito orçamentário correspondente. Já as receitas extra-orçamentárias são aquelas pagas à margem do orçamento. Portanto elas independem de autorização do Poder Legislativo Araujo e Arruda (2006).

As despesas públicas também têm sua classificação quanto à categoria econômica, sendo classificadas em despesas correntes e de capital Araujo e Arruda (2006).

## **3. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

Em fim, o Programa do governo federal que se propõe a acelerar o crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população

brasileira. O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, consiste em um conjunto de medidas destinadas incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. O PAC depende da participação do Executivo, Legislativo, dos trabalhadores e dos empresários. O total de investimentos no período de 2007 a 2010 será de 503,6 bilhões de reais. Para estes valores o governo apresenta fundamentos econômicos conforme figura 1.



Figura 1 – Fundamento Econômico do PAC do Governo Federal.

Serão ao todos investidos o recursos de 503,6 bilhões de reais, sendo que 274,6 bilhões serão destinados para geração de energia. O estado de Rondônia receberá diretamente R\$ 32,3 bilhões de reais, um dos maiores recursos destinado a construção de usinas de energia, haja vista que sua bacia hidrográfica foi avaliada como apropriada para receber três usinas. Após ter sido realizado as pesquisas e tomado as iniciativas de pré-operacionais ficou definido que serão instaladas uma usina em Porto Velho no Rio Madeira, chamada Usina de Santo Antonio, outra no rio Caracol no Distrito de Porto Velho chamado de Jacy-paraná, chamada de Usina do jirau e a ultima em Jí-Paraná, chamada Rondon II.

### 3.1 – PAC – Os Investimentos em Rondônia

## Investimento - Rondônia

INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 32,3 Bilhões
Até 2010	R\$ 17,4 Bilhões
Pós 2010	R\$ 14,9 Bilhões

Eixo	Em R\$ Milhões			
	Empreendimentos exclusivos		Empreendimentos de caráter regional	
	2007 - 2010	Pós 2010	2007 - 2010	Pós 2010
<b>Logística</b>	635,6	-	67,3	-
<b>Energética</b>	10.534,3	11.326,8	4.861,2	3.599,4
<b>Social e Urbana</b>	1.309,7	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.479,6</b>	<b>11.326,8</b>	<b>4.928,4</b>	<b>3.599,4</b>

Não inclui FNHIS e Financiamento Habitacional Pessoa Física 2009 e 2010.

Figura 2 – Investimento em Rondônia PAC.

O Estado de Rondônia foi contemplado com a maior importância em investimentos já destinado em qualquer outro tempo ou governo. O equivalente a quase 10 vezes o orçamento atual do Estado, tudo isso pode acarretar bons resultados caso haja um nível de preocupação na forma de aplicação da parte do contratante (governo) e do contratado (empresas).

### 3.3 - Porto Velho e a realidade interna atual

Porto Velho, onde serão realizados os investimentos da construção das duas usinas, é a capital de Rondônia e contava em 2007 (último censo do IBGE no local) com uma população de 369 445 mil habitantes. Conta apenas com apenas um hospital de atendimento pronto socorro, uma maternidade e alguns postos de saúde, sendo estes últimos de responsabilidade do município. Já é possível hoje em Porto Velho encontrar grandes gargalos no tráfego, o principal deles, é na travessia da Rodovia BR-364, onde os condutores de veículos chegam a enfrentar engarrafamentos de mais de 15min e filas de mais de quilômetros. Com relação à área da saúde, é muito comum encontrar nos jornais e nos meios de comunicação que circulam na capital, ou em páginas de internet como por exemplo o site do próprio sindicato dos servidores estaduais da saúde, [sindsaude.org.br](http://sindsaude.org.br), denúncias de abandono da área da saúde, onde o governo do estado culpa o prefeito e este aquele. Também na área de segurança diariamente lemos manchetes de crimes bárbaros e assaltos a mão armada. Nos presídios do estado, concentrados na capital, encontram-se uma população carcerária aproximadamente oito vezes superior a capacidade real, dados colhidos nos próprios noticiários da área policial como o plantão de polícia e outros que são transmitidos via canal de televisão ou mesmo via rádio e internet. Buscando informações também na área da infância e juventude, além do índice de adolescentes envolvidos em processos na justiça estar aumentando assustadoramente, dado colhido nos próprios mapas

estatísticos da justiça da infância de Porto Velho, o índice de prostituição de criança e adolescente é considerado grande segundo relatórios dos Comissários do Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho no mês de julho, inclusive com homossexuais adolescentes. Outro fator que preocupa a população local é a rede de esgoto da cidade, quase todas as ruas não possuem rede de esgoto, em visita a secretaria municipal de urbanização, não encontrei um dado preciso para fazer a pesquisa.

### 3.4 Porto Velho e os Impactos trazidos pelos investimentos do PAC

TOTAL DO INVESTIMENTO	
PROGRAMAS	
Programa	Valor
PAC - PPI	R\$ 86.310.692,90
PAC - FNHIS	R\$ 24.866.015,65
PAC - PRÓ-MORADIA	R\$ 72.192.196,40
PAC FUNASA	R\$ 14.425.721,43
ESPECIAIS	R\$ 145.566.601,60
CALHA NORTE	R\$ 4.253.229,15
COMPENSAÇÕES	R\$ 25.685.511,59
<b>Total R\$ 373.299.968,72</b>	
2.475 Unidades Habitacionais	
91,29 km (infraestrutura)	

Figura03 - PAC – Total de Investimentos por Programas

O impacto destes investimentos irá atingir toda a região, acelerando o processo de formação econômico-sócio-político com um valor equivalente hoje, a 56 vezes o orçamento do município, em contrapartida a isso, também exigirá um preparo, por parte, principalmente da prefeitura de Porto Velho, a fim de manter um equilíbrio nos campos que serão afetados com este aporte. Mão-de-obra (pela escassez, com o aumento da demanda, o preço tende a aumentar junto), moradia, fala-se em 11mil trabalhadores até 2010 somente em uma das usinas, onde serão abrigadas todas estas famílias/pessoas? A rede de esgotos, transporte, pavimentação, segurança e saúde irão rapidamente atingir pontos de estrangulamento tornando um caos a vida dos munícipes e dos novos futuros moradores. A área social também receberá um grande impacto com estes aportes de capital e pessoas, considerando o aumento do custo de vida (aluguel, transporte, educação e saúde) e por fim, as conseqüências que poderão advir com o aumento da população, o índice de violência e prostituição infanto-juvenil e a própria cultura será impactada na vida dos portovelhenses.

### 3.5 Porto Velho e a preservação da Natureza





Figura04 - PAC – Urbanização

O problema de estudo se caracteriza dentro dos últimos quatro anos (2005/2008) o município manteve um crescimento orçamentário não superior a 29 % em suas despesas. Com incremento do PAC o orçamento municipal sofreu uma variância crescente assustadora de 65% somente nos últimos meses de 2008. Essa elevação orçamentária está concentrada principalmente na área de investimentos, no caso a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antonio e de Giral, contudo, linhas de pesquisadores e ambientalistas como é o caso da ONG Azamonia.org.br em seu espaço para opiniões apontam para *impactos sociais de grandes vultos, como a perda de símbolos históricos, aspectos geográficos, a fauna a flora e por fim a vida das pessoas.*(opinião da Luciana oliveira, datada de 15/09/2006, consultada no sitio desta ONG em 31.10.08), outros veículos como bicusa.org.br, relata em um texto extraído em 21/07/09 o seguinte:

“A retirada de moradores da região onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio não está sendo pacífica. A denúncia é do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que alega que os moradores não são conscientizados de seus direitos e estão sendo "expulsos" do lugar.

A verdade é que para resolver estes conflitos serão necessários muitos entendimentos e principalmente um bom conhecimento da cultura local, sobre o mesmo assunto a empresa Santoantônio Energia endereço, Santoantônioenergia.org.br, em seu informativo de maio de 2009, publicou na primeira aba:

“ O laudo será entregue a cada morador junto com a proposta de negociação. Em seguida, todos devem conversar com suas famílias para escolher a melhor forma de tratamento. Tudo deve ser muito bem conversado e documentado.”

Longe aqui, de estarmos advogando causa de A ou B, simplesmente apresentamos estes dados para suprir de condições os leitores a fim de construir opinião e tomar posição ante tais fatos e mudanças.

#### **4 METODOLOGIA**

O artigo caracteriza-se como teórico-descritivo por apresentar dados de investigação sobre o investimento de recursos externos e as despesas orçamentárias focadas em áreas sociais. Assim, objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la. Utilizou-se como procedimento a pesquisa documental, que tem por objetivo reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero (GIL, 2006).

Os dados foram coletados no site do governo federal e na controladoria do município de Porto Velho, na Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla e na Sempre – Secretaria Municipal de Obras e Projetos Especiais. Os dados analisados referem-se aos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008. A escolha foi definida pelo período que antecedeu o investimento gerado pelo PAC e outro período já contemplando o investimento. Também foi realizado o levantamento bibliográfico a respeito do tema. Utilizou-se de publicações em livros, revistas, monografias, teses, artigos e internet. As áreas sociais

escolhidas para o estudo foram: assistência social, saúde, educação, urbanismo/saneamento, habitação, agricultura, desporto e lazer.

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA

Inicialmente, buscando relação através da comparação entre os períodos de forma sintética. Contudo, apresentaremos as figuras em contas analíticas por fonte de despesas ou melhor, por área de aplicação.

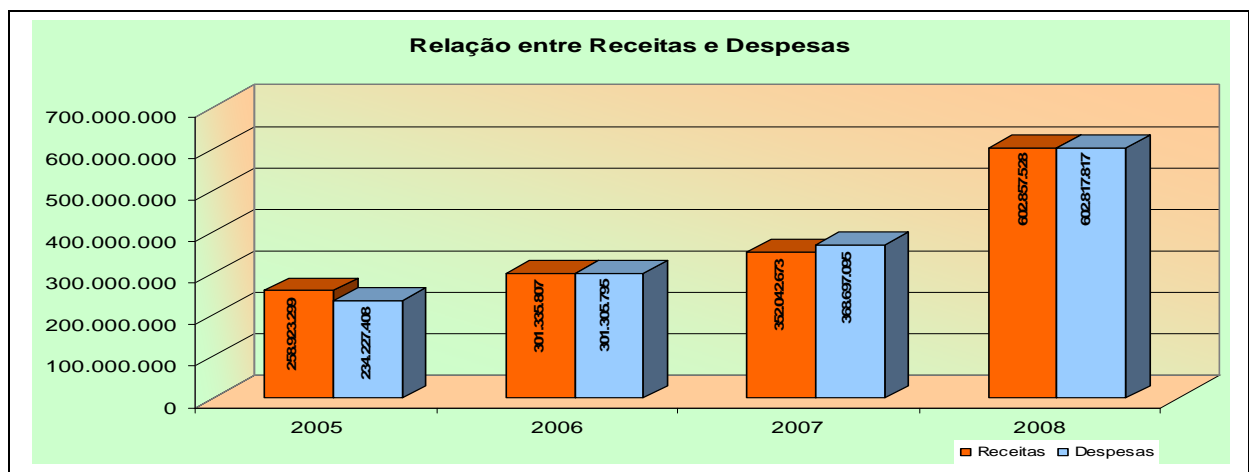


Figura 05 – Relação entre Receita e Despesa do orçamento de 2005 a 2008.

Através desta figura, visivelmente, já se pode perceber uma relação equivalente de receitas e despesas, sendo que, neste primeiro momento nos interessam as despesas, veja que nos quatro períodos percebemos que as variações estão mais concentradas no último, ou seja, após o incremento do PAC, chegando a mais de 65% de variação do período de 2007 para 2008.



Figura 06 – evolução da despesa com assistência social



Figura 07 – Pavimentação de Ruas em Bairro prox. a Beira do Rio Madeira

Com uma boa variação para maior este serviço foi recebe uma preocupação preventiva, tendo em vista a expectativa da chegada de muitas famílias de outros municípios e também o atendimento as necessidades surgidas com a movimentação dos moradores das proximidades da construção e os da beira do rio. Sua variação chegou ao ultimo período a mais de 35% para maior, sendo superior a 100% nos últimos quatro anos.

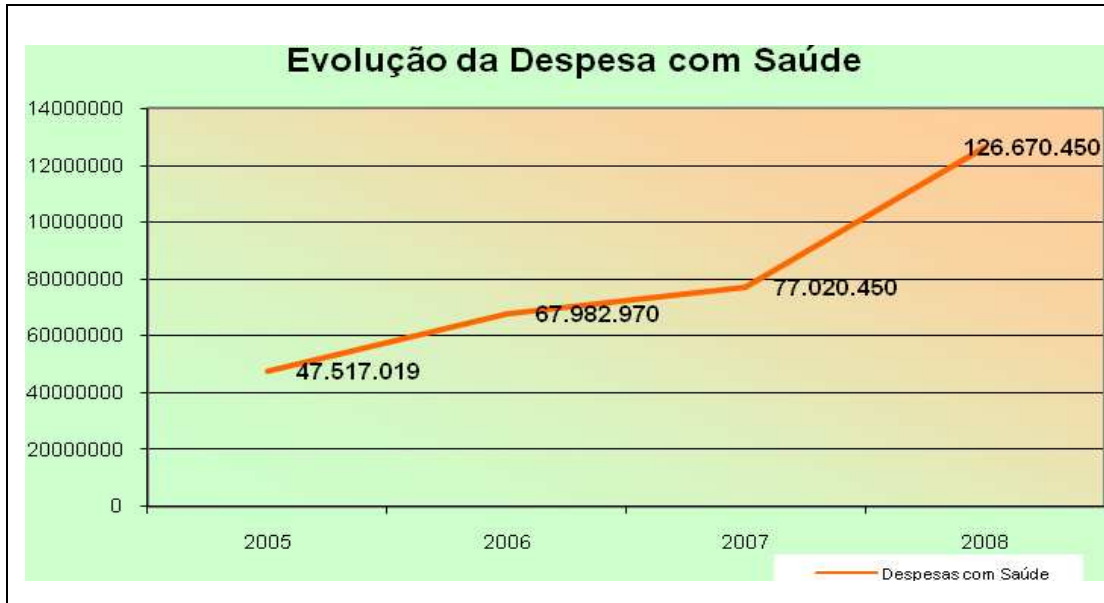


Figura 08 – evolução da despesa com saúde

De forma sintética, podemos melhor ver e avaliar as variações incorridas nesta função, recebendo um impacto crescente no ultimo período de mais de 64%, demonstrando que o governo local esta criando estruturas para as variações das necessidades locais neste serviço, se confirmando também nos demonstrativos de gastos apresentados pela Sempre.

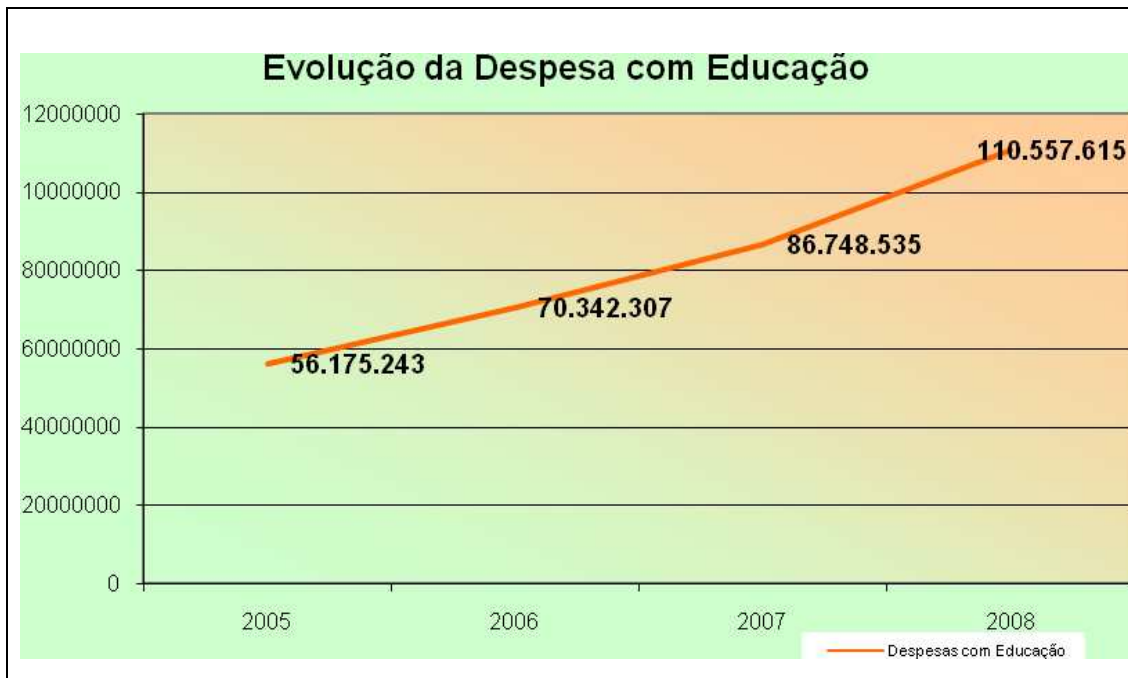


Figura 09 – evolução da despesa com educação

Nesta função de governo, o gestor criou estrutura orçamentária que variou no ultimo período acima de 27% para maior, demonstrando que o governo local esta preocupado com o aumento

populacional que usam este serviço, contudo, não conseguimos, através desta pesquisa levantar o déficit de salas de aula no município e nem o aumento da demanda educacional.

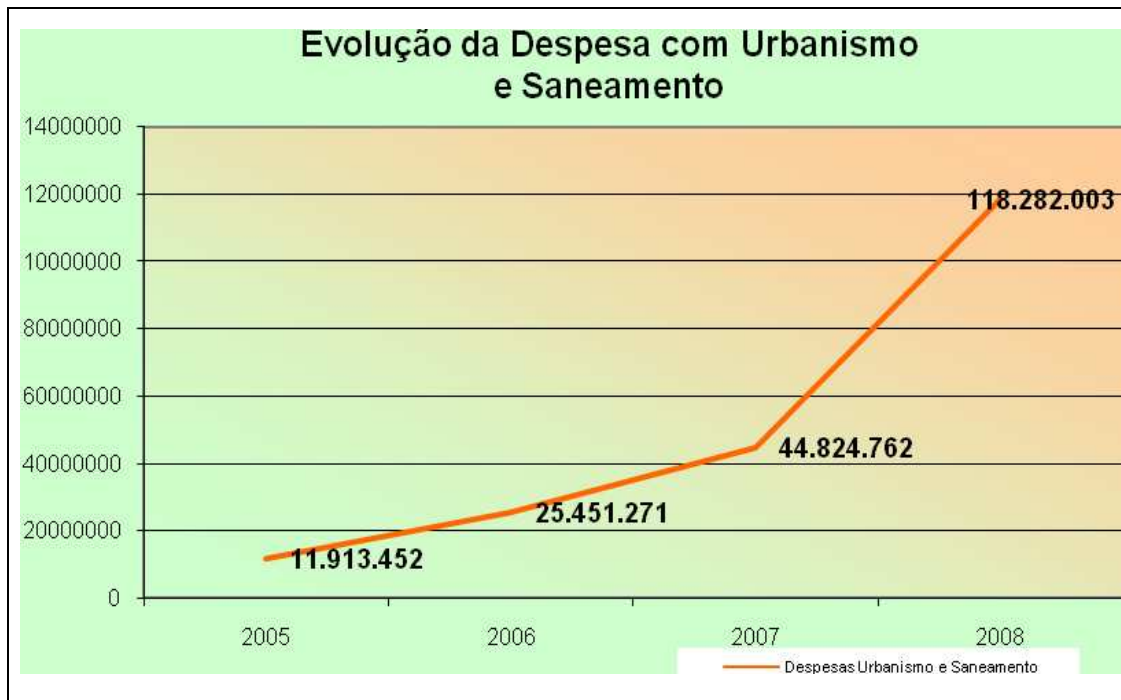


Figura 10 – evolução da despesa com urbanismo e saneamento

**FNHIS - INFRAESTRUTURA**




**OBRA 0313**

**INFRAESTRUTURA URBANA NA AV. SETE DE SETEMBRO E RUA MIGUEL CHAQUIAM**

<b>VALOR TOTAL COM ADITIVOS</b>	R\$ 1.069.868,35	<b>MEDIÇÕES REALIZADAS</b>	
<b>EMPRESA</b>	ENPA - ENGENHARIA E PARCERIA LTDA	1ª MEDIÇÃO	19/06/2008 R\$ 221.901,02
<b>DATA DA ORDEM DE SERVIÇO</b>	20/05/2008	2ª MEDIÇÃO	04/08/2008 R\$ 106.253,68
<b>DATA DA CONCLUSÃO</b>	30/11/2009	3ª MEDIÇÃO	15/08/2008 R\$ 247.784,03
<b>STATUS DA OBRA</b>	REINÍCIO PREVISTO NA 1ª QUINZENA DE MAIO.	4ª MEDIÇÃO	12/09/2008 R\$ 46.781,99
		<b>TOTAL LIQUIDADO</b>	<b>58,21%</b> R\$ 622.720,72

Figura 11 – Infra-estrutura Urbana Av. 7 de Setembro

Nesta função o gestor preocupou-se de forma mais avançada, chegando a quase triplicar o valor orçado no período anterior, o que demonstra ser um problema relevante pois com o aumento da população, o aumento de veículos circulando e de dejetos requer maior investimento no setor um dos principais investimentos sociais do PAC está sendo na área de urbanismo, rede de esgoto e drenagem, isso ficou mais claro no demonstrativo da Sempre.



Figura 12 – evolução da despesa com habitação



Figura 13 – Construção do Condomínio Triângulo II, a ser usado para desocupação da área ribeirinha

Nenhuma área foi tão privilegiada como a habitação, saindo de um investimento sem nenhuma expressão em 2005, quase chegando a insignificância e variando em mais de 7 (sete) vezes para maior, o que havia sido investido em 2007, ou seja, variando em 678% no ultimo período. Esta preocupação se aponta para a necessidade de desocupação de moradores nas proximidades da construção das usinas, bem como os que serão atingidos diretamente nas margens do rio, outro elo de maior aplicação social foi na área de habitação, o numero de habitação criado pelo setor público superou 2475 unidades. Podemos perceber a instalação de grandes construtoras particulares na capital e o inicio de obras de grande porte, são apartamentos, e condomínios todos com financiamentos pelos bancos oficiais. Nesta pesquisa não foi possível informar o déficit habitacional, considerando que o IBGE não fez a contagem deste município para este item.

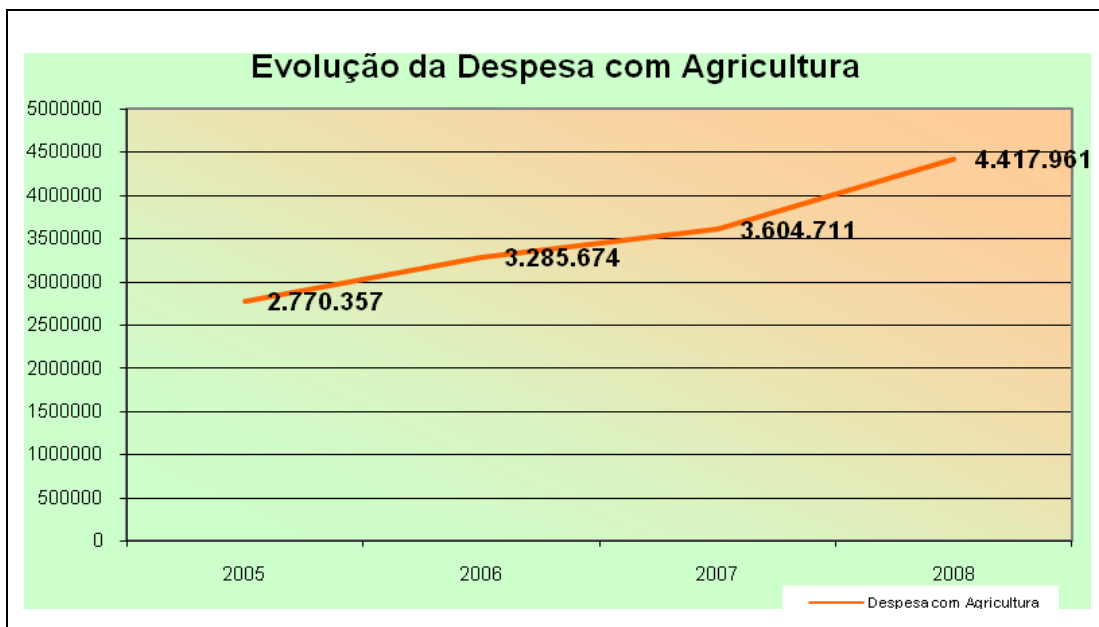


Figura 14 – evolução da despesa com agricultura

Neste serviço, houve uma manutenção na variação sendo que nos quatro períodos a variação sofrida quase dobrou os valores desta despesa, contudo neste exercício a variação foi de 22,6 %, entendemos que nesta área não haverá impactos diretos, contudo de forma indireta, principalmente na migração dos colonos para o centro urbano.





Figura 15 – evolução da despesa com esporte e lazer



Figura 16 – Reforma do Campo de Futebol do Bairro COHAB Aboirão

Este quadro representa a ausência de crescimento em áreas importantes para a saúde mental e cultural dos usuários dos serviços públicos, mesmo sendo uma área que sofrerá muitos impactos com o advento do PAC, percebe-se que não houve uma preocupação ainda por parte do gestor em dar melhor estrutura para este serviço, sendo sua variação negativa no em comparação ao período de 2006 a 2007. Com apenas 3,84 % de variação para o exercício de 2008.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O PAC e as variações encontradas em área sociais no orçamento do período de 2005 para 2008 em Porto Velho mostram índices de incrementos nas despesas dando a idéia de que o valor foi destinado não só para investimentos mas também para absorção dos impactos promovidos involuntário pela ação do próprio estado. Podendo ser observado que nas áreas que sofrerão maior impacto ocasionado pelo PAC, receberam maior aporte de recursos, evidenciando a existência de uma relação entre o orçamento e o investimento do PAC. Outro aspecto importante que se consegue concluir refere-se aos aportes do PAC, estes mesmo estando apontados para investimentos, apresentaram uma preocupação social, criando uma contrapartida aos fornecedores de serviços contratados para realizar as obras de investimentos, os chamados protocolos de intenções.

Muitos aspectos podem ainda vir a surgir com a continuidade dos investimentos e principalmente nas áreas sociais como habitação, saúde e assistência social, podendo ser alvo de novos estudos, como para medir o impacto causado nas crianças e adolescentes residentes nas áreas ribeirinhas, que serão desapropriados de suas casas em consequência dos investimentos do PAC ou mesmo ferramentas de controle e fiscalização no cumprimento dos protocolos realizados entre os fornecedores de serviços ao PAC e o município.

## **7. REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Inaldo, ARRUDA, Daniel. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo. Saraiva, 2006.

BRASIL CF/88 – Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo. Atlas, 2006.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional Administrativo. 3. ed. São Paulo. Atlas, 2006.

PISCITELLI, R. B. et al. Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: [www.stn.gov.br](http://www.stn.gov.br). Acesso em 28 jun. 2007.

Sítios: [HTTP//WWW](http://www).

[amazonia.org.br](http://amazonia.org.br), consultado em 21 de julho de 2009

[bicusa.org.br](http://bicusa.org.br), consultado em 21 de julho de 2009

[pac.gov.br](http://pac.gov.br), consultado em 21 jul. 2009.